



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

Aos 11 dias do mês de dezembro de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da ata n.º 5, de 4 de dezembro;*
3. *Discussão e votação do requerimento do BE, que solicita a audição da Dra. Isabel Aldir, Diretora do Programa Nacional para a Infecção VIH, Sida e Tuberculose, e do Fórum Nacional da Sociedade Civil para o VIH/Sida, Tuberculose e Hepatites Virais;*
4. *Discussão e votação do requerimento do PS, que solicita a audição do Presidente do Conselho Superior, bem como do Conselho Disciplinar Regional do Norte, do Conselho Disciplinar Regional do Centro e do Conselho Disciplinar Regional do Sul, da Ordem dos Médicos;*
5. *Outros assuntos;*
6. *Audição da Presidente da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), Dr.ª Sofia Nogueira da Silva, requerida pelo PAN, «sobre o caso de um bebé que nasceu no Hospital de Setúbal, com graves malformações».*

1. Informações

A Presidente deu início à reunião informando que foi já fixado o calendário relativo ao Orçamento de Estado para 2020 e que os pareceres na generalidade das comissões, relativos às GOP's e ao OE2020, terão de ser remetidos à COF até ao final da manhã de dia 7 de janeiro. Nessa conformidade, a reunião de dia 8 de janeiro (quarta-feira) terá de ser antecipada para o dia 7 de janeiro de manhã (terça-feira) para discussão e votação dos pareceres. Informou, ainda que, de acordo com a lista de distribuição, o parecer sobre as GOP's caberá ao PS e o parecer sobre o OE ao PSD. Deu também conta de que a Ministra da Saúde comunicou, através do Gabinete do SEAP, que não tem disponibilidade para a audição no dia 12 de dezembro, depois do plenário, devido ao agendamento das reuniões de Conselho de Ministros, propondo que a primeira audição regimental se realize no âmbito do Orçamento de Estado.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

A questão foi debatida, tendo os Deputados Álvaro Almeida, Moisés Ferreira, João Dias, Ana Rita Bessa e Bebiana Cunha manifestado preocupação por este adiamento, entendendo que deve ser proposta pela Ministra da Saúde uma data alternativa até à interrupção dos trabalhos parlamentares. A Deputada Ana Rita Bessa disse ainda que, por princípio, é má ideia agendar audições após os Plenários da tarde, porquanto tal prática põe em causa a conciliação da vida profissional e vida pessoal que é, também, uma preocupação do Parlamento. A Deputada Hortense Martins, sublinhou que a Ministra da Saúde sempre se tem disponibilizado a vir ao Parlamento e que justificou a impossibilidade de comparência na data agendada.

Foi definido que se responderá à Ministra da Saúde solicitando a indicação de uma data até 20 de dezembro para a primeira audição regimental.

A Presidente informou que, pese embora o cancelamento da audição da Ministra, se mantém o interesse na reunião de Mesa de Coordenadores, devendo esta realizar-se hoje, às 14h30.

2. Apreciação e votação da ata n.º 5, de 4 de dezembro

A ata n.º 5, relativa ao dia 4 de dezembro, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CH.

3. Discussão e votação do requerimento do BE, que solicita a audição da Dra. Isabel Aldir, Diretora do Programa Nacional para a Infeção VIH, Sida e Tuberculose, e do Fórum Nacional da Sociedade Civil para o VIH/Sida, Tuberculose e Hepatites Virais

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento do BE que solicita a audição da Dra. Isabel Aldir, Diretora do Programa Nacional para a Infeção VIH, Sida e Tuberculose, e do Fórum Nacional da Sociedade Civil para o VIH/Sida, Tuberculose e Hepatites Virais, referindo ser necessário encontrar formas de aumentar os diagnósticos de pessoas já infetadas.

Usaram da palavra, durante a discussão do requerimento, os Deputados: Sónia Fertuzinhos, Rui Cristina, João Dias, Ana Rita Bessa, Bebiana Cunha que concordaram que a matéria em causa é de elevada relevância e que são pertinentes as audições requeridas.

O requerimento do BE foi aprovado por unanimidade, com a ausência do CH.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

4. Discussão e votação do requerimento do PS, que solicita a audição do Presidente do Conselho Superior, bem como do Conselho Disciplinar Regional do Norte, do Conselho Disciplinar Regional do Centro e do Conselho Disciplinar Regional do Sul, da Ordem dos Médicos;

A Deputada Sónia Fertuzinhos apresentou o requerimento do PS que solicita a audição do Presidente do Conselho Superior, bem como do Conselho Disciplinar Regional do Norte, do Conselho Disciplinar Regional do Centro e do Conselho Disciplinar Regional do Sul, da Ordem dos Médicos, referindo que o Bastonário da Ordem dos Médicos, Dr. Miguel Guimarães, não respondeu a diversas questões na sua audição, por considerar que eram da competência daqueles órgãos, sendo, por isso, pertinente ouvi-los para o esclarecimento cabal do que ocorreu no caso do bebé que nasceu no Hospital de Setúbal, com graves malformações que, alegadamente não foram detetadas anteriormente nas ecografias realizadas numa clínica privada.

Usaram da palavra, durante a discussão do requerimento, os Deputados: Rui Cristina, Moisés Ferreira, João Dias e Bebiãna Cunha, que concordaram com a necessidade de obter esclarecimentos adicionais junto daqueles órgãos da Ordem dos Médicos sobre a situação em causa.

Usou, ainda, da palavra, a Deputada Ana Rita Bessa, que referiu que não sendo prática do Grupo Parlamentar do CDS-PP obstaculizar requerimentos de outros grupos parlamentares, irá abster-se, porquanto não vislumbra qual a utilidade da audição daqueles órgãos, não sendo possível esta Comissão averiguar mais do que já averiguou, sendo certo que o Bastonário da Ordem dos Médicos assumiu o erro e disse que a Ordem dos Médicos falhou no plano disciplinar.

O requerimento do PS foi aprovado com a abstenção do CDS-PP e a ausência do CH.

Neste ponto da ordem do dia a Presidente ausentou-se para participar na Conferência dos Presidentes das Comissões, tendo assumido a presidência o Vice-Presidente Deputado Alberto Machado.

6. Audição da Presidente da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), Dr.ª Sofia Nogueira da Silva, requerida pelo PAN, «sobre o caso de um bebé que nasceu no Hospital de Setúbal, com graves malformações».



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

A Deputada Bebiana Cunha apresentou o requerimento do PAN que solicita a audição da Presidente da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), Dr.ª Sofia Nogueira da Silva, «sobre o caso de um bebé que nasceu no Hospital de Setúbal, com graves malformações», perguntando, designadamente, se existiam queixas ou denúncias sobre a clínica onde foram realizadas as ecografias em causa; que medidas foram – e serão – tomadas pela ERS em geral e, em concreto, em relação à clínica em causa; se confirma que a aludida clínica nunca foi alvo de fiscalização e, em que medida, as limitações orçamentais, nomeadamente a falta de recursos humanos, comprometem a atividade da ERS.

A Deputada Hortense Martins questionou sobre o que foi feito pela ERS, no que concerne às competências daquele Regulador, na clínica onde foram realizadas as ecografias. Sublinhando que as competências da ERS foram reforçadas através da alteração dos estatutos, questionou a Presidente da ERS sobre os procedimentos de licenciamento e fiscalização dos estabelecimentos prestadores de saúde e o que tem feito a ERS para evitar situações como a que aconteceu.

A Deputada Sandra Pereira perguntou qual o número de colaboradores que exercem a sua atividade na ERS, se as cativações impedem o cumprimento do plano de atividades da ERS e se faltam meios e recursos humanos à ERS para que cumpra a sua missão.

O Deputado Moisés Ferreira questionou sobre se, numa matéria tão sensível como é a atividade de prestação de saúde, é suficiente a mera comunicação prévia para o início da atividade, perguntou se a ERS tem recebido queixas sobre a qualidade dos serviços prestados por entidades convencionadas com o SNS e, se sim, qual a tipologia dessas queixas, e que tipo de fiscalização faz a ERS.

O Deputado João Dias perguntou se aquele Regulador tomou alguma medida no seguimento das recomendações da ARS do Sul e Vale do Tejo, se o modelo de licenciamento das entidades prestadoras de saúde é adequado a garantir segurança e qualidade dos serviços médicos prestados aos cidadãos, e ainda se a ERS acompanha o tempo de vida útil dos equipamentos médicos.

A Deputada Ana Rita Bessa formulou perguntas sobre quantos estabelecimentos de saúde estão sob a fiscalização da ERS e, mais concretamente, estabelecimentos do SNS, se há falta de meios humanos e outros recursos que, de alguma maneira, comprometa o princípio da confiança do cidadão na qualidade dos cuidados de saúde.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

A Presidente da ERS respondeu às questões colocadas, clarificando o papel da ERS, explicando como funcionam os dois tipos de licenciamento legalmente previstos – o ordinário, que pressupõe uma vistoria prévia e o simplificado, em que basta uma mera comunicação prévia. Deu conta que a clínica em causa foi licenciada através do procedimento simplificado e que apenas foram feitas três reclamações sobre a mencionada clínica: um sobre empatia e humanização, outra sobre tempos de espera e a terceira, a 31 de julho de 2019, sobre a não deteção de malformações de feto, tendo esta última sido encaminhada, em agosto, para a Ordem dos Médicos. Sublinhou que a ERS não fiscaliza todos os operadores, à semelhança dos outros Reguladores, e referiu que a fiscalização não é o único meio, nem o meio privilegiado, de atuação da ERS. Esclareceu que, neste momento, a ERS tem 97 colaboradores mais o Conselho de Administração, sendo que 15 colaboradores integram equipas de fiscalização. Referiu que a ERS tem 28.000 estabelecimentos regulados e que, em 2017, procedeu a 800 fiscalizações. Explicou como são determinadas as ações de fiscalização e concluiu que a ausência de recursos humanos e outros meios, aliados aos constrangimentos impostos pelas cativações, limitam a atuação da ERS.

Na segunda ronda pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Hortense Martins, Sandra Pereira, Moisés Ferreira, João Dias, Ana Rita Bessa e Bebiana Cunha, que foram prestados pela Presidente da ERS.

O Presidente em exercício agradeceu à Presidente da ERS a vinda à Comissão, bem como as informações prestadas. Deu a reunião por encerrada às 12:30 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O registo áudio da reunião poderá ser acedido neste [link](#) e o vídeo gravação da audição da Presidente da Entidade Reguladora da Saúde neste [link](#).

Palácio de São Bento, 11 dezembro 2019.

A PRESIDENTE

(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Machado
Álvaro Almeida
Ana Maria Silva
Ana Rita Bessa
Anabela Rodrigues
António Maló de Abreu
Bebiana Cunha
Célia Paz
Cláudia Bento
Francisco Rocha
Hortense Martins
Hugo Patrício Oliveira
João Gouveia
Joana Lima
José Manuel Pureza
José Rui Cruz
Luís Soares
Maria Antónia de Almeida Santos
Marta Freitas
Moisés Ferreira
Paulo Marques
Pedro Alves
Ricardo Baptista Leite
Rui Cristina
Sandra Pereira
Sónia Fertuzinhos
Susana Correia
Telma Guerreiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura
Paula Santos